

UMA VISÃO

CONFSSIONAL DO ESTADO

NA LUTA CONTRA DOIS TIPOS
DE IDOLATRIA



UMA VISÃO

CONFSSIONAL DO ESTADO

NA LUTA CONTRA DOIS TIPOS
DE IDOLATRIA



“

“Dr. Schaeffer, qual a sua maior preocupação para o futuro da igreja na América?” Esta foi a pergunta que Robert Charles Sproul (1939-2017) colocou ao grande pensador cristão do século vinte, enquanto compartilhavam um táxi há mais de três décadas. Francis Andrew Schaeffer (1912-1984), que já estava no crepúsculo de sua vida, respondeu de forma bem objetiva: “o estatismo”. R. C. Sproul, continua o relato desse encontro explicando: “A grande preocupação de Schaeffer, naquele momento em sua vida, era que os cidadãos dos Estados Unidos estavam começando a investir sua nação com suprema autoridade, de modo que a livre nação americana se tornaria em um ente dominado por uma filosofia da supremacia do estado” (R. C. Sproul, “Statism”, em *Tabletalk: Life, Liberty And the Pursuit of Happiness*. Setembro 2008).

Representando quase que uma antípode no espectro da ideologia social, Frederick Engels, em um texto chamado “O progresso da reforma social no continente”, destaca o que considera ser uma “curiosidade” sobre os comunistas franceses. Ele afirma que enquanto os socialistas ingleses entendiam que havia uma oposição básica entre sua posição e o cristianismo, os comunistas franceses,

*...mesmo sendo parte de uma nação celebrada por sua infidelidade, são eles mesmos cristãos. Um de seus axiomas favoritos é que o Cristianismo é Comunismo, “le Christianisme c’est lê Communisme”. Eles tentam comprovar isso pela Bíblia, pelo estado em que os primeiros cristãos teriam vivido, etc. Mas isso só demonstra que essas boas pessoas não são exatamente os melhores cristãos, ainda que assim se considerem; porque se fossem, eles conheceriam melhor a Bíblia e descobririam que, à despeito de algumas passagens da Bíblia que podem ser convenientes ao Comunismo, o espírito geral da doutrina bíblica é, ainda assim, totalmente oposto a ele, assim como a toda medida racional. (Progress of Social Reform On the Continent, publicado pela primeira vez em *The New Moral World*, III Série, No. 19, Nov. 4, 1843)*

Estátua de Atlas, Rockefeller Center, de frente a Catedral de St. Patrick - Manhattan, New York



”

... A grande preocupação de Schaeffer (...) era que os cidadãos dos Estados Unidos estavam começando a investir sua nação com suprema autoridade, de modo que a livre nação americana se tornaria em um ente dominado por uma filosofia da supremacia do estado.

O que é, de fato, curioso na crítica que Engels fornece, é que seu ataque aos supostos Comunistas Cristãos da França, ainda que acertado quanto à incompatibilidade entre uma visão bíblica e sua proposta social, acaba encontrando seu fulcro não nessa incompatibilidade e sim na postura de desconfiança do estado, o antiestatismo dos Comunistas da França. Isso ele caracteriza como a postura anarquista.

Aquilo que representava a grande ameaça na visão do filósofo cristão, o estatismo, representava para o ideólogo socialista, quase um século e meio antes, algo necessário e precioso a ser defendido dos libertários e anarquistas.

Hoje, mais de três décadas após a afirmativa de Schaeffer e quase dois séculos depois do texto de Engels ainda há muita discussão sobre sistemas sociais e sobre modelos econômicos, uma discussão que, muitas vezes, mistura inadequadamente esses dois aspectos de reflexão teórica. A polarização simplista entre visões econômicas ou sociais de esquerda ou de direita frequentemente ofusca a discussão mais profunda sobre a própria natureza do estado e da vida sócio-econômica. Isso deixa incólume um viés idólatra quer na idolatria do social quer na idolatria do mercado, pois esconde sob os mantos do interesse individual ou do bem coletivo uma expectativa de salvação política, social ou econômica – parte da altivez do homem que anseia por redenção sem Deus (2 Coríntios 10: 4-5).

A questão é que toda visão idólatra é, por natureza, uma visão frustrada. Ídolos são versões falsificadas da realidade que pretendem substituir e, portanto, nunca cumprem adequadamente as expectativas que sobre eles são projetadas.

Voltando os olhos para nossa nação, o Brasil às vésperas da segunda década do século 21, vemos um país marcado tanto por desigualdades sociais e econômicas quanto por fatores que restringem o crescimento e coíbem a livre iniciativa. Se desejamos um país equânime, ajustado e produtivo, é importante lançar um olhar crítico sobre nossa concepção do Estado, sua natureza, seu volume e sua função. Deve haver, da parte daqueles que professam uma visão bíblica do mundo, um desafio de raiz às concepções ideológicas que procuram substituir Deus e, em seu lugar, colocam o Estado, criando uma “nova forma de adoração”, que a Bíblia Sagrada chama de idolatria – O Estado, como provedor no lugar de Deus, é idolátrico.

É nesse afã que a Chancelaria entrega à comunidade mackenzista sua Carta de Princípios de 2019 propondo um olhar confessional para questões políticas e sociais, sobretudo quanto ao Estado em sua significação religiosa e sua relação com a idolatria conceitual.

Para tal, buscamos inspiração no pensamento de Abraham Kuyper (1837-1920) e em sua teoria sobre o Estado. Kuyper foi filósofo, literário, teólogo, cofundador do primeiro partido político moderno da Holanda e primeiro-ministro em Haia. De fato, um homem dotado de habilidades teóricas e capacidades práticas, que aplicou a cosmovisão cristã para entender o papel do Estado em relação aos demais âmbitos da sociedade.

Um olhar confessional sobre o Estado

Para entender a relação entre os setores da sociedade, seus deveres e limites, é muito útil a ideia kuyperiana das esferas de soberania¹, reconhecendo que há esferas na formação da sociedade que devem gozar de soberania relativa. A esfera do Estado, a esfera das unidades produtivas e comerciais, a esfera das associações livres, a esfera da igreja, a esfera das ciências e das unidades educacionais, e a esfera básica que é a família, devem gozar de liberdade em relação às outras esferas, e têm prerrogativas próprias. Ilustrando isso na questão das desigualdades mencionadas acima, e a relação disso com o Estado, seu tamanho e suas funções, fazemos algumas considerações.

¹ KUYPER, Abraham. Calvinismo. Trad. Ricardo Gouvêa e Paulo Arantes. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. A ideia original das esferas de soberania foi apresentada no discurso original de Abraham Kuyper na inauguração da Universidade Livre de Amsterdã, em 20 de outubro de 1880 e pode ser encontrada em tradução inglesa em http://www.reformationalpublishingproject.com/pdf_books/Scanned_Books_PDF/SphereSovereignty_English.pdf (acesso em 28/03/2019)

A esfera do Estado

O Estado não pode redistribuir riqueza, pois essa não lhe pertence. No entanto, o Estado pode impedir o abuso econômico do forte contra o mais fraco – e deve fazer isso. Sua esfera de ação, assim, determina um papel regulatório e jurídico no qual existem proteções contra abusos, incentivos ao desenvolvimento, segurança nas relações sociais e econômicas e uma malha básica de seguridade social (que, na visão deste autor, deve ser apenas essencial e nunca deve se tornar um leviatã que, como um buraco negro, traga todos os recursos e esforços do estado). Fazendo isto, o Estado cumprirá seu mandado divino (Romanos 13: 3-7).

Pode-se dizer que, de certo modo, o Estado tem sua matriz funcional (e aqui não se trata de modelo político ou organização social) em analogia à supraestrutura que subjazia o estado dos judeus durante o governo sob Moisés, com a diferença que lá o estado era teocrático e sua estruturação era dada por revelação de Deus. O ponto é que tanto lá quanto aqui, a legitimidade de ação da esfera do Estado estava relacionada à regulação superior pelas seguintes forças:

1. **O pacto** – quer divinamente revelado de forma direta, como a lei dada no Sinai, quer derivada da revelação geral: a lei maior nacional, ou seja, a Constituição, a Magna Carta ou qualquer que seja o documento do pacto federativo; e principalmente;

2. **Os valores transcendentais da Lei de Deus** – quer diretamente revelados quer gravados no próprio coração humano: a “demarquia”, os conceitos fundantes da sociedade organizada, tais quais Justiça, Verdade, Equidade, Mutualidade, Respeito e os Direitos Individuais (life, liberty and the pursuit of happiness). Tudo isso se resume no fato de que a esfera do Estado não é autônoma. Sua ação é limitada por outras esferas e sofre a regência de algo que está acima do Estado, uma regência exercida por realidades transcendentais e pactuada de forma pétrea.

A esfera das unidades produtivas

A esfera das unidades produtivas e comerciais deve estar sujeita às limitações impostas pela esfera do Estado, mas o Estado não pode usurpar as atribuições e prerrogativas dessa esfera, pois possui soberania de atuação no protagonismo para a produção de riqueza. O Estado, desse modo, garante que as relações sejam justas (o conceito de *justice as fairness* do anglicano

John Rawls pode ser bem útil para reflexão nesse ponto)², impede abuso, monopólio, enfim, impede a corrupção para que o poder econômico não se torne um outro tipo de Leviatã³. Todavia, ao fazê-lo não pode constranger ou impedir que essa esfera funcione com relativa autonomia.

A esfera das livres associações

A esfera das livres associações (as antigas guildas medievais e as modernas associações profissionais, as agremiações de trabalhadores em suas várias concepções, os clubes, as sociedades benemerentes, ou qualquer outra organização na qual cidadãos se associam para atuarem unidos no benefício próprio ou da coletividade) possui legitimidade e autonomia de ação dentro de seu território, não devendo sofrer cerceamento pelo Estado ou pela esfera da produção e comércio, mas sofrendo apenas as devidas limitações que aquelas estabelecem no uso de suas particulares atribuições.

A dinâmica pode ser vista assim: o Estado regula, impede abuso, encoraja o bem comum e preserva as liberdades dos indivíduos dentro e fora das associações e de uma associação em relação às outras, enquanto a esfera de produção e

comércio exerce sua influência na sustentabilidade, viabilidade e na limitação ou fomento de suas atividades.

Essa esfera também inclui as associações que lutam por igualdades de condições ou pelo exercício da benemerência e da misericórdia. Note que cada esfera sofre duplo controle (*dual control*): as limitações que vêm de cima e as que vêm de baixo.



Atlas de frente a Catedral de St. Patrick - Manhattan, New York

² RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. RAWLS, John. O direito dos povos: seguido de “a ideia de razão pública revista”. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

³ HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2006.



Reformador Martinho Lutero - Dresden, Alemanha

A esfera da igreja (ou da religião)

A esfera da Igreja, ou, mais amplamente, da religião, goza de soberania em seu papel de conectar o ser humano com o que é transcendente, com suas preocupações espirituais. Nisto ela nunca pode ser cerceada pelas outras esferas. Ao mesmo tempo, cada uma das esferas impõe limitações para que sua ação nunca usurpe aquilo que Deus mesmo concedeu às outras esferas. A Igreja não deve usurpar nem constranger o Estado, não deve se tornar uma unidade de geração de riquezas nem uma mera associação para benefício próprio ou de seus membros. Sua vocação é o serviço ao próximo, em nome de seus valores e crenças. Ela pode se associar ao Estado ou a qualquer outra esfera apenas

em termos de cobeligerância para o bem comum, mas deve sempre manter sua autonomia.

Cabe a essa esfera educar e ensinar até mesmo ao estado e às esferas da produção e comércio ou associativas os valores e princípios transcendentais e norteadores, mas ela faz isso mediante persuasão e nunca imposição. Esse papel profético na sociedade, entretanto, só poderá ser cumprido se essa esfera entender que suas prerrogativas também a obrigam a ensinar e exercer misericórdia, cuidado dos pobres, esforços para que a justiça exista e triunfe.

Em suma, a esfera da igreja tem protagonismo em fornecer direcionamento na sociedade para que tanto o Estado quanto as outras esferas cumpram fielmente seus

mandados. Se o Estado regula as relações econômicas e sociais para impedir que abusos e injustiças perpetuem distorções de desigualdade acirrada, se as esferas de produção de riqueza geram riquezas em sujeição aos limites do estado e se as livre-associações lutam pela preservação de interesses especiais, a igreja ensina, incentiva e ilustra de formas práticas tanto o cuidado dos pobres, dos fracos, dos “frágeis” da sociedade, quanto a submissão de toda a sociedade aos valores transcendentais que nos fazem humanos – e, do ponto de vista da confessionalidade cristã, humanos dotados de potencialidades riquíssimas por serem imagem e semelhança do Criador.

É na Igreja que o direcionamento transcendente tem seu solo original. Por isso mesmo, é nessa esfera também que o foco principal contra a desigualdade deve estar, pois ao proclamar o amor a Deus e ao próximo ela é o fulcro original para a autoridade normativa e, assim, deve demandar, por exemplo, a generosidade dos que possuem riquezas e, obrigando-os à misericórdia e à benemerência – para a concepção cristã, assim como é pecado roubar de quem tem para dar a quem não tem, é pecado ter e não compartilhar com quem não tem!

As outras esferas de soberania

Kuyper destaca ainda outras esferas igualmente importantes, cada uma delas tendo origem independente e jurisdição própria, com relativa soberania. A esfera da ciência e das unidades educacionais, as quais têm por mandado a busca da verdade e do conhecimento, a esfera da família, que é a unidade básica da sociedade humana e não é instituída pelo estado, pela religião ou por qualquer outra esfera, tendo sua origem, assim como outras esferas, na própria estrutura criacional.

No presente, nosso interesse é a utilização da ideia das esferas de soberania como alternativa ao estatismo que sempre flerta com uma visão do Estado como o grande Leviatã que demanda soberania e, em última instância, serviço cívico. Esse foco condiz com a intenção original de Kuyper quando discursou sobre as esferas de soberania na fundação da Universidade Livre de Amsterdã há quase cento e quarenta anos: ele claramente propôs o conceito como forma de opor as tendências absolutistas e estatistas que ele identifica desde os impérios da antiguidade até a então contemporânea tendência humana de se construir estados absolutistas.

Ao mesmo tempo, nosso foco também se junta às limitações de espaço no presente texto para impedir um tratamento mais profundo das outras esferas. Prosseguiremos então para retornar às questões das desigualdades em nossa sociedade e, ao mesmo tempo o anseio por produtividade

e prosperidade para nossa nação brasileira, mas não sem antes ouvir um reforço na advertência kuyperiana; “Sem a ‘soberania das esferas’ a regência ilimitada do estado sempre tenderá a se impor sobre as pessoas, suas vidas, suas consciências e até sua fé”⁴!



Uma proposta confessional para
suplantar *Desigualdades*

Respeitando as limitações de espaço mencionadas anteriormente, sem a intenção de apresentar um tratado sobre o assunto, ainda assim seria inadequado não oferecer ao menos um vislumbre de como o mero esboço dessa visão confessional sobre a esfera do estado e suas relações na sociedade já pode oferecer uma ilustração ainda que concisa de como as questões de desenvolvimento e desigualdades envolvem áreas distintas de responsabilidade nas diferentes esferas.

⁴ KUYPER, Abraham. Discurso na inauguração da Universidade Livre de Amsterdã, em 20 de outubro de 1880. Pode ser encontrada em tradução inglesa em http://www.reformationalpublishingproject.com/pdf_books/Scanned_Books_PDF/SphereSovereignty_English.pdf (acesso em 28/03/2019)

- *O Estado*: precisa impedir abusos e regular relações entre as diferentes esferas e os indivíduos para que não haja opressão econômica que perpetua desigualdades, mas não pode usurpar a jurisdição original que cada esfera goza – não pode arrogar para si o papel da religião, não pode se tornar o gerador das riquezas ou tomá-las para si, assumindo sua gestão final, não pode dominar a ciência e a academia, não pode impedir a livre associação e não pode arrogar-se as funções originais da família;

- *As unidades produtivas e comerciais*: precisam gerar riquezas de formas justas e tanto zelar quanto gozar da liberdade de produzir riquezas em igualdade de oportunidades, mas devem fazê-lo com profundo respeito às outras esferas e reconhecendo que o valor das riquezas é relativo e não absoluto, que o mercado tem soberania limitada por valores transcendentais cuja regência se estende a toda a sociedade, e que são conhecidos em outras esferas;

- *As associações livres*: agem para que seus interesses individuais e suas ações de natureza livre possuam voz coletiva nas relações com o estado e com as unidades produtivas, além de lutar pela igualdade de condições no estado e nas esferas produtivas, mas devem respeitar as outras esferas de atuação sem a tentativa de substituí-las colocando-se como estado paralelo, restringindo a liberdade econômica ou lutando pela imposição de seus

interesses particulares ou ideologias nas esferas da família, da ciência e da religião;

- *A Igreja (ou religião)*: milita para que seus valores transcendentais informem e formem as outras esferas, trazendo os valores do Reino de Deus para as esferas terrenas. Isso é feito pela pregação de sua mensagem de reconciliação com Deus, mas implica a mensagem de reconciliação terrena. Cabe à igreja o papel profético de anunciar a justiça e a graça divina, de propor caminhos nos quais a lei maior, a lei do amor, cumpra seu efeito transformador da sociedade. Seu papel é norteador e ela nunca deve assumir jurisdição sobre aquilo que pertence às outras esferas, embaraçando seus mandados ou pervertendo seus propósitos.

É nessa esfera que os princípios de autoridade, fraternidade, justiça e liberdade encontram seu solo adequado e fértil. Vale mencionar que a anti-religião não representa uma esfera distinta da esfera religiosa, mas simplesmente uma inversão de sua polaridade, de modo que a negação da religião não deixa de possuir um caráter formalmente semelhante à religião, em termos estruturais e de campo de atuação – aquele que afirma a não existência do divino e a relatividade e contingência de todos os valores está a fazer afirmações de natureza religiosa, as quais, em nossa opinião, irão finalmente fomentar o estatismo ou tender ao anarquismo niilista.

No final das contas, a confessionalidade cristã, que define a Identidade Institucional do Mackenzie, deve despertar em cada de um de nós uma preocupação patente com a idolatria estatista – quando o Estado se torna um ídolo. Na “idolatria” estatista há características das visões de esquerda, mas estas não podem ser simplesmente desafiadas por uma outra “idolatria”, a de mercado. Nem a esfera do estado, nem a esfera das unidades produtivas e comerciais podem ser investidas de pretensa soberania absoluta. O único soberano absoluto é o Deus Criador, mas na vida em sociedade as esferas gozam de soberania relativa, de autoridade compartilhada, ou por assim dizer, responsabilidades diferenciadas. Nesse sentido, a nossa posição deve rejeitar qualquer tipo de absolutização idólatra, quer a idolatria do mercado, quer a idolatria estatista. Por fim, nossa cosmovisão reconhece que o ser humano sofre com os efeitos da queda e sua inclinação é fazer o mal. Como disse o poeta⁵:

*Uma só natureza nos foi dada
Não criou Deus os naturais diversos;
Um só Adão criou e esse de nada.*

*Todos somos ruins, todos perversos,
Só nos distingue o vício e a virtude,
De que uns são comensais, outros adversos*

*Quem maior a tiver do que eu ter pude,
Esse só me censure, esse me note,
Calem-se os mais chitom, e haja saúde.*

Gregório de Matos Guerra, Aos Vícios - excerto

Assim, rejeitadas as idolatrias que propõem a redenção humana como política, econômica, social, estética ou de qualquer outra fonte, cabe-nos trabalhar conscientemente dentro de cada esfera para tornarmo-nos “comensais das virtudes e adversos dos vícios”, sabendo que toda nossa regência, em cada esfera distinta, é, finalmente, penúltima, e que ao cabo a única regência final de todas as coisas está nas mãos de Deus que as encaminha para sua glória e nosso deleite.

Autor: Rev. Dr. Davi Charles Gomes

Chanceler do Mackenzie; Diretor Internacional da World Reformed Fellowship (Fraternidade Reformada Mundial); Presidente da Comissão de Relações Inter-Eclesiásticas da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Catedral de St. Patrick - Manhattan, New York



CAPELANIA MACKENZIE.
VOCÊ INTEIRO.

Capelania Mackenzie
Campus São Paulo — Prédio 11
Tel: 11 2114-8430 / 2114-8872
capelania@mackenzie.br



Universidade Presbiteriana
Mackenzie

Chancelaria Mackenzie
Edifício João Calvino — 9º andar
Tel: (11) 2766-7290
chancelaria@mackenzie.br